



2



*Capital financeiro, tecnologia e saúde:
novas configurações da mercantilização
da educação no Brasil[†]*

*Capital financiero, tecnología y salud: nuevas configuraciones
de la mercantilización de la educación en Brasil*

**Helifrancis Condé Groppo Ruela*;
Roberto Leher****

DOI: 10.5944/reec.48.2025.45647

**Recibido: 17 de junio de 2025
Aceptado: 5 de septiembre de 2025**

[†] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001; do Cnpq (processo: 310058/2021-0); e Faperj (processo E-26/201.236/2022).

* HELIFRANCIS CONDÉ GROOPPO RUELA: Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz). Membro do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX) da Faculdade de Educação da UFRJ e do Grupo de Pesquisa Estado, políticas e espaço público (GPEPEP) da EPSJV/Fiocruz. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8983-4188>. **Datos de contacto:** E-mail: helifrancis.conde@fiocruz.br

ROBERTO LEHER: Professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998). Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes/SP, pesquisador do CNPq e Cientista de Nossa Estado (FAPERJ). Foi reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (julho de 2015 a julho de 2019). <http://lattes.cnpq.br/6873414697016839>, ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5063-8753>. **Datos de contacto: E-mail: leher.roberto@gmail.com.

Resumo

O artigo sustenta que está em curso uma nova configuração da mercantilização da formação de profissionais de saúde no Brasil. Argumenta que, distintamente da privatização anterior, os maiores grupos educacionais e do setor de saúde estão reestruturados como Sociedades Anônimas (SA) com expressiva participação de fundos de investimentos, e com abertura de capital na bolsa de valores. Examina as conexões entre as SA investigadas, os fundos de investimentos e a capitalização por meio de ações. Evidencia acentuadas mudanças na composição orgânica do capital (COC) via incorporação de tecnologias digitais, intensificando a exploração e a expropriação do trabalho nos processos formativos e no cuidado à saúde. Coloca em relevo o papel indutor do Estado no processo de acumulação, por meio de transferência direta e indireta de recursos do fundo público e da instituição de marcos legais congruentes com a mercantilização de novo tipo. A investigação está referenciada em conceitos marxistas elaborados em estreito diálogo com os avanços do processo de investigação, especialmente a partir do Livro 3 de *O Capital* e de interlocutores contemporâneos. Entre as estratégias de pesquisa sobressaem a definição de categorias a partir das quais dados e documentos oficiais das empresas selecionadas são analisados, assim como aqueles emitidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). São relevantes, ainda, fontes secundárias como empresas de consultoria do setor educacional, além de reportagens veiculadas na mídia especializada. Entre as conclusões, é possível ressaltar o processo de monopolização e de intensas mudanças na COC do setor, redefinindo, de modo sistemático, todas as dimensões da formação dos profissionais de saúde. Propugna a necessidade de novas investigações que estabeleçam e compreendam os nexos entre educação, saúde, tecnologia digital e capital financeiro para reversão, inclusive por meio da regulação estatal, dessa realidade mercantilizada da formação profissional em saúde no Brasil.

Palavras-chave: mercantilização da formação em saúde; corporações educacionais; financeirização; composição orgânica do capital; tecnologia digital

Resumen

El artículo sostiene que está en marcha una nueva configuración de la mercantilización de la formación de profesionales de la salud en Brasil. Argumenta que, a diferencia de procesos anteriores de privatización, los principales grupos educativos y del sector salud han sido reestructurados como Sociedades Anónimas (S.A.), con una participación significativa de fondos de inversión y con capital abierto en la bolsa de valores. Se examinan las conexiones entre estas sociedades anónimas, los fondos de inversión y la capitalización mediante acciones. El texto evidencia cambios profundos en la composición orgánica del capital (COC) a través de la incorporación de tecnologías digitales, intensificando la explotación y expropiación del trabajo tanto en los procesos formativos como en el cuidado de la salud. Se destaca el papel del Estado como agente impulsor del proceso de acumulación, mediante la transferencia directa e indirecta de recursos del fondo público y el establecimiento de marcos legales coherentes con esta nueva forma de mercantilización. La investigación se fundamenta en categorías teóricas marxistas, desarrolladas en estrecho diálogo con los avances del proceso investigativo, especialmente a partir del Libro 3 de *El Capital* y de autores contemporáneos. Entre las estrategias metodológicas se destaca la definición de categorías analíticas a partir de las cuales se examinan datos

y documentos oficiales de las empresas seleccionadas, así como aquellos emitidos por el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). También se consideran fuentes secundarias, como informes de consultoras del sector educativo y reportajes publicados en medios especializados. Entre las conclusiones, se resalta el proceso de monopolización y las transformaciones significativas en la COC del sector, que están redefiniendo sistemáticamente todas las dimensiones de la formación de profesionales de la salud. Se plantea la necesidad de nuevas investigaciones que exploren y comprendan los vínculos entre educación, salud, tecnología digital y capital financiero, con miras a revertir, incluso mediante la regulación estatal, esta realidad mercantilizada de la formación profesional en salud en Brasil.

Palabras clave: mercantilización de la formación en salud; corporaciones educativas; financiamiento; composición orgánica del capital; tecnología digital

Abstract

This article argues that a new configuration of the commodification of health professional training is currently underway in Brazil. It contends that, unlike earlier waves of privatization, the largest educational and healthcare groups have been restructured as joint-stock companies with significant participation from investment funds and have opened their capital on the stock exchange. The study examines the connections between these joint-stock companies, investment funds, and capitalization through shares. It highlights profound changes in the organic composition of capital through the incorporation of digital technologies, which intensify the exploitation and expropriation of labor in both educational processes and healthcare delivery. The article emphasizes the role of the state as a driving force in the accumulation process, through both direct and indirect transfers of public funds and the establishment of legal frameworks aligned with this new form of commodification. The investigation is grounded in marxist theoretical categories, developed in close dialogue with ongoing research findings, especially drawing from Volume III of Capital and contemporary interlocutors. The research methodology includes the definition of analytical categories to examine official data and documents from selected companies, as well as information from the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). Secondary sources such as educational consultancy reports and articles from specialized media outlets are also relevant. Among the main conclusions, the article underscores the monopolization process and significant changes in the OCC across the sector, which systematically redefine all dimensions of health professional training. The study calls for further research to explore and understand the interconnections between education, health, digital technology, and financial capital, in order to reverse the commodified reality of health professional education in Brazil – including through public regulation.

Keywords: commercialization of health education; educational corporations; financing; organizational structure of capital; digital technology

1. Introdução

A partir da problemática da formação de profissionais de saúde no Brasil por meio de corporações com ações na bolsa de valores controladas por fundos de investimentos e empresas de *private equity*¹, o presente artigo focaliza os nexos entre as mudanças na composição orgânica do capital (COC) (Marx, 2017) dos *holdings*² e as estratégias monopolista das corporações. Examina, especialmente, os nexos entre tecnologia e capital financeiro nos âmbitos da educação e da saúde, conformando uma mercantilização da formação em saúde de novo tipo no país (Ruela e Leher, 2025).

Um marco nodal da periodização da investigação é a crise cujo epicentro se localizou nos EUA em 2008 que produziu efeitos generalizados sobre os diversos setores da economia global. No Brasil, ela coincidiu com o início de uma fase de expansão e consolidação, por meio de um processo acentuado de aquisições e reestruturações, de grupos educacionais privados com até então inédita presença de fundos de investimento nacionais e estrangeiros, colocando o país na vanguarda do processo de conversão de grupos privados tradicionais em Sociedades Anônimas (SA). A associação de capitais provenientes dos fundos de investimentos imprimiu um processo acelerado de ampliação das matrículas presenciais e de capilarização territorial das unidades educacionais com elevado grau de centralização e concentração de capital, conformando estruturas próximas ao monopólio (Leher, 2023).

Conforme dados do relatório *Education at a Glance 2024* (OECD, 2024), em 2022, a média de estudantes matriculados no ensino superior em instituições privadas, considerando 40 países, era de 37%. No Brasil, esse percentual alcançava 81% naquele ano. Esse cenário é impulsionado, sobretudo, pela limitada oferta de vagas no setor público e pela baixa taxa de escolarização da população jovem entre 18 e 24 anos. Esse quadro configura um ambiente altamente propício à educação superior privada-mercantil que possui um vasto mercado potencial, fator que atrai os fundos de investimento. De fato, os maiores investidores atuam em negócios que envolvem grandes somas de capital e, por conseguinte, a expectativa de grandes mercados é decisiva para a tomada de decisões sobre os investimentos na educação.

A atuação combinada das corporações e do Estado (Gramsci, 2012), em políticas favoráveis ao setor privado, impulsionou o processo de mercantilização da educação no Brasil. Em 2023, das quase 10 milhões de matrículas no ensino superior, 7,9 milhões estavam concentradas na rede privada, sendo 6,1 milhões em instituições com fins lucrativos. A pujança do setor mercantil pode ser vista no quantitativo de vagas disponíveis. Das 24,6 milhões de vagas em cursos de graduação oferecidas em 2023, a rede privada foi responsável por 95,9% (Inep, 2024a).

¹ Os fundos de investimento, principalmente os de tipo *private equity*, operam como condomínios financeiros constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes. Constituem-se num mecanismo organizado com a finalidade de captar e investir recursos em um investimento considerado seguro e promissor.

² Para Marx (2017a), quando trata da lei geral da acumulação capitalista, a centralização do capital, reunindo numa poderosa corrente os capitais outrora dispersos, torna possível a fundação de empresas grandiosas que estariam acima das forças dos capitalistas individuais, e multiplica a potência do capital, reforçando por sua vez a acumulação. A tendência, portanto, são as instituições transformarem-se em *holdings*, ou seja, empresas cujo objeto social não é o exercício de alguma atividade econômica, mas o controle de uma outra empresa que assim o faça (controlada).

É possível encontrar tanto na literatura acadêmica crítica (entre outros, Bressan e Alvim, 2024; Costa, 2021; Leher, 2023; Leher e Sardinha, 2024; Seki, 2020) quanto nos materiais produzidos pelo próprio capital (Ânima, 2024; Cogna, 2024; Yduqs, 2024) registros da relevância e do papel indutor e ordenador do Estado nesse processo de acumulação e de alavancagem financeira do setor educacional mercantil, tanto pela transferência direta e indireta de recursos do fundo público, quanto pela instituição de marcos legais congruentes com a mercantilização de novo tipo.

Em 2016, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)³, que foi o principal catalisador desse crescimento vertiginoso do mercado do ensino superior privado, entrou em severa crise orçamentária. Frente às incertezas dos investidores, sobretudo dos que investiram na bolsa de valores, os maiores grupos rapidamente definiram novas frentes e áreas de atuação. Muitos deles se transformaram em *holdings* neste período de crise.

Dois movimentos se destacaram: o primeiro alterou profundamente a COC através da incorporação de tecnologia digital e da proliferação de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) e de ramificações especializadas em sistemas e plataformas de ensino, aplicativos e materiais didáticos digitais, além de sistemas de avaliação e gestão escolar voltados para a educação básica. A partir de 2018 é possível verificar a consolidação da estratégia de abertura de linhas premium, por meio de cursos de graduação de mensalidades elevadas, notadamente a medicina e demais produtos associados à formação de profissionais de saúde (Leher, 2023).

De acordo com dados do Censo da Educação Superior do Brasil (Inep, 2024b), entre 2013 e 2023, o número de ingressantes variou negativamente (-24,6%) nos cursos de graduação presencial e aumentou 543,1% na modalidade de educação a distância (EaD). Com 4,7 milhões de matrículas, a EaD possui o equivalente a 49% dos alunos de graduação no país. A pedagogia, o curso com mais alunos, possui 80% das suas 852 mil matrículas na referida modalidade. A enfermagem, o quarto curso com mais estudantes, possui 41% dos seus 472 mil matriculados no EaD, apesar da obrigatoriedade do Ministério da Educação (MEC) de que seja oferecido exclusivamente no formato presencial junto à medicina, direito, odontologia e psicologia.

A área da saúde, por sua vez, possui seis dos dez maiores cursos de graduação, em número de matrículas, na modalidade presencial: psicologia, enfermagem, medicina, odontologia, medicina veterinária e fisioterapia. No total eles somam mais de 1,3 milhão das matrículas. Ademais, a área de saúde e bem-estar⁴ representou 22,4% das matrículas de graduação do Brasil em 2023, percentual que é quase o dobro da média dos países da OCDE que, em 2021, foi de 11,4% (Inep, 2023; 2024a).

3 O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é uma ação do Governo Federal destinada a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos e, pretensamente, com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação. O programa financia até 100% do valor dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino com adesão ao Fundo, de acordo com a renda familiar mensal bruta do estudante e do comprometimento dessa renda com o pagamento da mensalidade. Ele surgiu através da Medida Provisória 1.827-1/1999 e foi aprovado através da Lei 10.260/2001.

4 Os cursos que compõe a área são: Assistência a idosos e a deficientes; Biomedicina; Educação física; Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Gerontologia; Medicina; Musicoterapia; Nutrição; Odontologia; Oftalmica; Optometria; Podologia; Práticas integrativas; Programas interdisciplinares abrangendo saúde e bem-estar; Radiologia; Saúde coletiva; Saúde pública; Serviço social; Terapia ocupacional. Assim, não contabilizam alguns cursos reconhecidos pelo Conselho Nacional de Saúde como profissões da área da saúde e que possuem relevante estoque de matrículas no país, quais sejam: Biologia, Psicologia e Medicina Veterinária.

O processo de mercantilização da formação em saúde alterou a ordem de grandeza dos cursos e dos estudantes da área, e as estratégias de conjugação de tecnologia e saúde reconfiguraram a dinâmica de circulação da mercadoria educação. Antes focada na relação direta de venda para o consumidor final (estudantes), o *business to consumer* (B2C), foi ampliada para a relação de venda para outras empresas, o *business to business* (B2B), e para governos, o *business to government* (B2G).

No âmbito do chamado ecossistema de negócios dos *holdings* e corporações que lideram o setor de formação em saúde, o principal negócio gerador de fluxo de caixa, o «core» das empresas, é a graduação presencial. Entretanto, a prospecção de negócios liderada pelos investidores financeiros que possuem assento nos Conselhos de Administração das SA aponta para a incorporação e diversificação cada vez maior de produtos que vinculam tecnologia digital e saúde, objetivando o pagamento de maiores dividendos aos seus acionistas, muitos deles distantes e alheios ao teor dos serviços prestados.

A investigação das conexões entre capital financeiro, tecnologia e a formação profissional em saúde é, fundamentalmente, uma pesquisa qualitativa, congruente com a problemática estabelecida anteriormente. Essa escolha é justificada pela necessidade de um estudo sistemático e detalhado desse objeto, que ainda é relativamente desconhecido. O material empírico coletado e analisado abrange informações de empresas com cursos na área da saúde que operam no mercado de ações brasileiro, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e de empresas de consultoria do setor educacional, além de artigos científicos e reportagens da imprensa especializada.

A investigação e a exposição do objeto estão fundamentadas nas formulações de Marx (2008; 2017a). A elaboração do autor nos impele a construir a problemática de pesquisa a partir da análise da totalidade contraditória e dinâmica do capitalismo, saturando o objeto de determinações em um movimento dialético de sucessivas aproximações. Movimento necessário, sobretudo quando nos deparamos com um objeto pouco estudado, de ramificação complexa e que envolve áreas sensíveis e estratégicas para a acumulação e reprodução ampliada do capital, como são educação e saúde.

A exposição do texto está estruturada em três seções, além da presente introdução e das conclusões. A primeira faz um debate sobre capital financeiro e tecnologia a luz das formulações de Marx e de autores marxistas clássicos e contemporâneos e articula a atuação de destacadas empresas de tecnologia do mundo com o mercado financeiro, o mercado de capitais e o processo de financeirização (da economia e das políticas sociais). A seção seguinte, colige e analisa empiria referente às empresas educacionais listadas em bolsas de valores com ênfase nas relações da tecnologia com a educação (*edtechs* e *fintechs*), a terceira examina a relação da tecnologia com a formação de profissionais de saúde (*healthtechs*), particularizando o mercado de cursos de medicina e o caso do *holding* Afya. As conclusões apontam para o futuro investigativo necessário para subsidiar a formulação de alternativas à mercantilização da educação e da saúde.

2. Capital financeiro, tecnologia e a mudança na composição orgânica do capital

Capital portador de juros, capital fictício e as determinações decorrentes da emergência do crédito comercial e do mercado de ações (Marx, 2017b), assim como o conceito de capital financeiro a partir do estudo da associação dos bancos e indústrias (Hilferding, 1985;

Lenin, 2010), têm sido resgatados com frequência cada vez maior na literatura acadêmica diante o constante crescimento do mercado de capitais na economia mundial. O volume de publicações que apresentam o termo financeirização cresceu exponencialmente ao longo dos últimos 20 anos e a crise financeira e bancária de 2008, como era de se esperar, fez com que a bibliografia sobre os temas abarcados pelo termo passasse a constituir um campo de pesquisa vigoroso e a abranger aspectos não somente econômicos, mas também sociais e culturais (Cipolla e Giussani, 2022; Palludeto e Felipini, 2019).

Diversos autores dedicaram estudos teóricos e macroeconômicos para compreender o capitalismo financeirizado em escala global (Chesnais, 2005; Harvey, 2004; Lapavitisas, 2013), outras investigações se dedicaram ao estudo da penetração do capital financeiro no setor de cuidado à idosos, no segmento de moradia e pensões (Lavinhas *et al*, 2024), nas políticas sociais (Brettas, 2020; Lavinhas e Gentil, 2018), nas áreas da educação (Catini, 2025; Leher, 2023; Saura *et al*, 2024; Seki, 2020) e da saúde (Bahia *et al*, 2022; Sestelo *et al*, 2017), e na formação de profissionais de saúde (Carvalho *et al*, 2024; Dal Poz *et al*, 2022; Ruela e Leher, 2025).

Esses estudos têm demonstrado a inserção de empresas não financeiras no processo de financeirização da economia engendrando a privatização de atividades e ativos que antes eram de responsabilidade estatal, bem como a ampla desregulamentação dos mercados e das instituições financeiras. Nesse cenário, as empresas não financeiras – em virtude da necessidade de agregar grandes volumes de capital – passaram a depender de forma crescente dos mercados financeiros abertos (Painceira e Saludjian, 2024).

Nesse estágio, os intermediários financeiros e as tecnologias digitais têm proporcionado uma mudança radical nas relações de domínio e de subordinação próprias do capitalismo em âmbito mundial. Os circuitos de operações financeiras aceleram a compressão dos fluxos espaço-tempo da circulação, acumulação e valorização de capital financeiro por meio de recursos tecnológicos automatizados em busca de ganhos possibilitados pelos negócios centrados no capital comércio de dinheiro, combinando movimentos especulativos e fortes reestruturações nos setores que produzem mais-valor (Paraná, 2018).

O descompasso entre o capital fictício e o capital advindo do processo de reprodução ampliada do valor vem fomentando recorrentes crises capitalistas, a exemplo de 2008. Como resposta à lei tendencial da queda da taxa de lucro, o capital, por intermédio de corporações financeirizadas, produz contratendências, tais como o aumento do grau da exploração do trabalho - por meio da intensificação do uso das tecnologias -, a redução de salários, o aumento da superpopulação relativa e o barateamento do capital constante, além do aumento do capital acionário (Marx, 2017b).

As SA e as bolsas de valores, agenciadoras desse capital acionário, passam a negociar as ações que são, em realidade, expectativas de lucro, especialmente pelo negócio de títulos amparados nas possibilidades de renda derivada da produção futura, cujo retorno não é fixado antecipadamente. Essa capacidade de especulação é crucial para a bolsa de valores, uma vez que ela possibilita que o capital na forma de dinheiro se transforme em capital acionário (capital fictício) e, posteriormente, retorne à sua forma original (Marois, 2020).

Com o desenvolvimento dessas estratégias sobressai o fetichismo do capital assentado na ideia de que ele «pode se valorizar de modo independente da extração de mais-valia, independente da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras na esfera produtiva. Fica parecendo, assim, que a capacidade de sua multiplicação é uma propriedade ‘natural’ do

dinheiro» (Teixeira e Gomes, 2021, p. 72). Entretanto, a base sobre a qual o capital se apoia para poder extrair o mais valor é necessariamente a exploração do trabalho, ainda que a forma dessa extração e a forma desse trabalho tenha sido alterada e se realize sobre novas bases reconfiguradas pela incorporação de tecnologia ao processo produtivo.

Localizar a tecnologia como estratégia para contrarrestar a queda da taxa de lucro permite entender sua concepção de relação social e afastar abordagens deterministas tecnológicas e sua relação com o processo de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. A tecnologia não é neutra, é parte da luta de classes e não está fora das estruturas sociais como algo que atua eticamente sobre as sociedades concretas, visto que faz parte do mundo construído pelo trabalho humano. No modo de produção capitalista, objetivamente, para acumular lucros para os proprietários.

Dessa forma, ainda que esta caracterização do trabalho imbricado com o uso massivo de tecnologias digitais seja um fenômeno recente, ele é resultante de um longo processo de ataques às forças sociais do trabalho «que correm juntamente com novos arranjos produtivos, os quais não podem ser compreendidos de forma desvinculada da valorização financeira, nem dos processos de oligopolização e concentração de renda e de riqueza que marcam o neoliberalismo» (Abílio *et al.*, 2021, p.19).

Disso decorre a profunda relação entre o capitalismo financeiro e as mercadorias digitais⁵ por meio da ascensão das plataformas de trabalho. Com isso, as corporações buscam maiores margens de lucro para os investidores. Igualmente, nas fusões e aquisições no mercado de capitais, os setores que mais recebem recursos são o de empresas de internet e tecnologia da informação. Segundo Peters (2023), em 2020, o investimento de capital de risco em empresas de tecnologia no Reino Unido foi de US\$ 14,9 bilhões, enquanto nos Estados Unidos os investidores desembolsaram US\$ 144,3 bilhões. Globalmente, os investimentos em capital de risco nessas áreas aumentaram de US\$ 59 bilhões em 2012 para mais de US\$ 650 bilhões em 2021.

Um dos protagonistas da inserção das empresas não financeiras no mercado de capitais são os fundos de investimento, principalmente a modalidade *private equity*, considerados relativamente novos, seja por terem surgido mais recentemente, seja porque seu papel no funcionamento do capitalismo só tenha ganhado relevância há algumas décadas (Lapyda, 2023). Com a estrutura de recursos que possuem, os fundos organizam essa dinâmica do capital comércio de dinheiro (Marx, 2017b) e comandam o processo de preparo de empresas para abertura de capital (IPO⁶) na bolsa de valores, através da realização de novas aquisições, reestruturações no modelo de negócio e profundas reengenharias que aumentam a COC.

Ao assumirem um lugar central no sistema financeiro, prerrogativa antes pertencente aos bancos, essas grandes empresas de gestão de ativos de fundos de investimento como as «três grandes», *BlackRock*, *State Street* e *Vanguard*, promovem elevado grau de centralização e concentração de capitais. Estes três fundos juntos administram cerca de 20 trilhões de dólares em ativos, algo próximo de um quinto de todos os ativos sob

5 Existe uma profusão de termos e conceitos atualmente utilizados nesse contexto: economia digital, capitalismo digital, capitalismo de plataforma, tecnofeudalismo, capitalismo de dados, capitalismo de vigilância, educação digital, saúde digital, plataformação do trabalho, inteligência artificial (IA), entre outros.

6 IPO (*Initial Public Offering*) significa Oferta Pública Inicial em português e refere-se à primeira vez que uma empresa vende ações ao público em geral na bolsa de valores. É o processo através do qual uma empresa de capital fechado se transforma em uma empresa de capital aberto, permitindo que investidores se tornem acionistas.

algum tipo de gestão (Oxfam, 2024). Eles têm tido papel preponderante no processo de monopolização de setores que alicerçam os direitos sociais, como sistemas de água, educação, saúde e lares de idosos e, também, agronegócio, mineradoras, tecnologia de informação e comunicação, entre outros. Em geral, as adquiridas são tão profundamente enxugadas em termos de investimentos, pessoal, e assumem tantos encargos que deveriam ser assumidos pelas suas controladoras que se tornam a médio prazo inviáveis (Ballou, 2023; Leher, 2023).

Resulta dessa espiral de crescimento do poder de monopólio das principais corporações e empresas de *private equity* uma inédita concentração de riquezas em poucas mãos. Os 3.028 bilionários do mundo, segundo dados da Forbes, acumulam, em 2025, um patrimônio recorde de US\$ 16,1 trilhões, US\$ 2 trilhões a mais do que um ano atrás e mais do que o PIB de qualquer país do mundo, exceto EUA e China (Peterson-Withorn, 2025). A associação monopolista entre capital financeiro e tecnologia é expressa também pelo fato de que a maioria das 10 principais corporações de gestão de ativos do mundo exerce controle de outro grupo de gigantes, as sete principais empresas de tecnologia dos EUA: *Apple, Microsoft, Amazon, Alphabet (Google), Meta, Nvidia e Tesla*.

A convergência de interesses entre os gestores de ativos financeiros e as corporações de alta tecnologia se materializa em diversas esferas da vida cotidiana, tanto por meio do consumo quanto pela ‘indústria da atenção’ que captura horas significativas do tempo diário dos povos. Esse arranjo consolida um sistema de controle altamente centralizado, com poder concentrado em poucos agentes no topo, sustentado por uma rede capilar de alcance global que incide diretamente sobre indivíduos e sociedades em escala planetária. Esses grupos detêm controle sobre os três principais conselhos políticos de elite (Conselho de Relações Exteriores, *Business Roundtable* e *Business Council*) e exercem influência decisiva no Fórum Econômico Mundial. Além disso, estão inseridos nas principais estruturas de inteligência e defesa militar, bem como nas cadeias produtivas dos setores mais estratégicos e lucrativos do capitalismo contemporâneo: as dez maiores corporações de petróleo e gás, as seis principais produtoras de carvão, as cinco maiores indústrias de tabaco, além dos segmentos de plásticos, armamentos, jogos de azar e do crescente mercado do sistema prisional privado (Dowbor, 2025).

O poder dessas empresas de tecnologia está também no controle e monetização de informações necessárias para o processo de extração do valor; ou seja, não é apenas o seu tamanho, mas a posição estratégica que ocupam ao fazer a gestão da circulação da informação. Elas controlam e monetizam as informações necessárias para o funcionamento dos mercados, se tornando, ao final, «mercados voltados para si mesmos» (Dowbor, 2025). Os setores de educação e da saúde altamente mercantilizados e controlados por grandes corporações são verdadeiros mananciais para a comercialização desses dados, mesmo que de maneira ilegal, sem a prévia autorização dos usuários dos sistemas, em um processo de colonialismo digital (Faustino e Lippold, 2023).

Essa associação entre os fundos de investimento e as empresas de tecnologia vem transtornando a sociabilidade, o que realça o problema da financeirização da formação humana, inserindo diversos setores das políticas sociais como a educação e saúde, de maneira simultânea e sinérgica, nos circuitos da financeirização, problema discutido na seção a seguir.

3. A tecnologia e a financeirização da educação

Em pesquisa no site *Marketscreener* – voltado para investidores e que reúne informações de 95% de todas as empresas listadas em bolsas de valores no mundo –, sobre a participação dos fundos de investimento nos grupos educacionais com capital aberto, Turmena e Nunes (2022) identificaram, em 2019, 58 grupos educacionais com capital aberto no mundo com preço de mercado acima de US\$ 50 milhões, cujas ações chegavam a US\$ 76 bilhões. Ainda de acordo com a pesquisa, dos 50 maiores fundos, 15 possuem sede nos Estados Unidos, 11 na China, 7 no Japão e 4 no Brasil.

Como a maior parte dos grupos são controlados pelos fundos de investimentos e os maiores fundos de investimentos participam uns nos outros, ocorre a existência de monopólios em relação aos grupos financeiros na educação, acarretando uma nova dinâmica na concentração do capital que, em grande escala, acaba alterando a lógica de mercantilização da educação, antes exercida, no Brasil, pelo empresariamento (Turmena e Nunes, 2022, p.18).

Controlar a formação da classe trabalhadora é prioritário para o capital seguir com seu processo de reprodução em escala ampliada. Atualmente, os sistemas educacionais públicos já não prescindem das ferramentas e tecnologias do setor privado. A terminologia empregada, tais como «*edtech*», «*TIC*» ou «*inovações tecnológicas*», busca despolitizar a natureza dos referidos artefatos tecnológicos, que são, na verdade, mercadorias e tecnologias digitais privadas protegidas por dispositivos de propriedade intelectual. Em essência, o uso desse léxico visa ocultar a verdadeira relação social subjacente a todo avanço tecnocientífico, incluindo a IA e a transformação digital: seu inerente caráter de mercadoria (Saura, 2025), contudo, de mercadoria performativa que, por isso, é intrinsecamente política.

Essa expansão vertiginosa da transformação digital na educação começou a ser introduzida de maneira progressiva após a crise econômica global de 2008 e a se espalhar com mais intensidade na maioria dos países após pandemia de Covid-19. No Brasil, com a crise sanitária, o capital encontrou terreno fértil para escalonar seus ganhos pela presença de grandes grupos e empresas educacionais listadas em bolsas de valores que rapidamente incorporaram em seus negócios a expansão da digitalização da educação⁷.

O *boom* de fusões e aquisições que vive o Brasil no setor mercantil de educação superior no século 21, provocou (e segue provocando) a concentração dos estudantes da rede privada em um número reduzido de grandes grupos educacionais. Dados do último censo do ensino superior apontam que existem no Brasil 2.580 instituições de ensino superior (IES), 2.254 delas privadas. Parte relevante são pequenas instituições: 42% delas possuem até 300 alunos e detém apenas 1% das matrículas de graduação. Por outro lado, apenas quatro IES concentram 24% do total de estudantes (INEP, 2024a). Em termos de

⁷ Atualmente nove empresas de serviços educacionais (parte delas como *holdings*) que atuam no Brasil estão cotadas na Bolsa de Valores do Brasil, a B3: Afya, Ânima, Bioma (ex-Bahema), Cogna, Cruzeiro do Sul, Inspirali, Ser, Yduqs e Vitru. Já na Nasdaq existem 2 empresas listadas: Afya e Vasta. Desses dez empresas, apenas 2 não atuam diretamente no ensino superior e na formação de profissionais de saúde (Bioma e Vasta).

receita líquida, Cogna, Yduqs, Ânima e Afya são as quatro maiores empresas de educação do Brasil (todas estruturadas como *holdings*), juntas, correspondem a quase metade dos mais de R\$ 35 bilhões de receita das 16 maiores empresas do setor (Calcopietro, 2024).

Cada vez mais centrados na EaD, os grandes grupos empresariais já controlam aproximadamente 85% do mercado digital no ensino superior. As oito maiores redes concentram cerca de 4 milhões de matrículas na modalidade, cujo valor médio é de aproximadamente R\$ 200,00, significativamente inferior aos R\$ 800,00 do ensino presencial. Apesar do baixo *ticket* (valor da mensalidade no jargão das empresas educacionais), a margem de lucro da graduação na modalidade EaD atinge patamares em torno de 80%, tornando-se, portanto, extremamente rentável. Esse modelo de negócio pressupõe uma mudança de escala e de escopo, como explicita Wilson Pickler, proprietário do grupo Uninter, que possui mais de meio milhão de alunos: «o mercado do ensino a distância é jogo dos grandes. É tíquete médio baixo e quantidade enorme de alunos, se faz lucro com escala. Essa é a realidade da EaD. Ter 15 mil, 20 mil alunos é bastante, mas é preciso ter mais de 100 mil para fazer resultado» (Koike, 2025a).

Com números dessa ordem, para conter a queda das taxas de lucro algumas das contratendências são a superexploração do trabalho e a demissão em massa de professores (Suzuki, 2022), pressionando a razão aluno/docente. No EaD privado a relação é, em média, de 168, mas nos maiores grupos passa dos 2.000 alunos por professor (Inep, 2024a). Essa relação exacerba a subordinação real do trabalho docente ao capital, despossuindo o docente de sua natureza ontológica por meio de aparatos tecnológicos de IA que estão sendo utilizados para reduzir a força de trabalho, a exemplo de disciplinas virtuais e, até mesmo, pelo uso de robôs e IA para a correção de trabalho dos estudantes (Domenici, 2020; Menezes, 2024; São Paulo, 2025).

Outro dado relevante para nossa investigação é o crescimento acelerado dos cursos superiores de tecnologia (CST⁸) que representam atualmente 20,4% do total de matrículas de graduação no Brasil. Fortemente concentrados no setor mercantil, registraram crescimento de 182,3% no período de 2013 a 2023, o maior em termos percentuais quando comparado ao bacharelado e a licenciatura. Dados do Inep apontam que dos mais de 2 milhões de matrículas de CST no país, 91% estão na iniciativa privada (79% com fins lucrativos) e 82% na modalidade EaD (Inep, 2024a). Nessa linha, trazemos o exemplo da Faculdade Anhanguera, controlada pelo *holding* Cogna, que no final de 2024 obteve autorização para ofertar um curso na modalidade EaD de tecnólogo em «Blockchain, Criptomoedas e Finanças na Era Digital» (Bertolucci, 2024).

Nessa caracterização da mercantilização da educação de novo tipo, alguns estudos têm dado visibilidade para as estratégias dos *holdings* de venda de serviços educacionais para órgãos de governo, o segmento B2G (Leher 2023; Peixoto *et al.*, 2025). O foco dessas operações são os chamados sistemas de ensino que estão sendo difundidos na educação básica de estados e municípios do país. Essa tendência está associada à produção de livros didáticos, paradidáticos e cartilhas que, igualmente, chegam às escolas, definindo parte substantiva do que é dado a pensar nas salas de aula. A Cogna, que por meio da controlada Somos, fechou contrato com estados como o Pará e o Paraná e cidades como

8 O Curso Superior de Tecnologia (CST) é um grau acadêmico de Ensino Superior com duração de 1600 a 2400 horas. Segundo o discurso governamental, a tônica dos CST é viabilizar a formação de profissionais em condições de laborabilidade, polivalentes e capazes de apresentar soluções à problemas cotidianos da produção. Na prática, tais cursos podem ser mais um meio de conformação do que de formação e qualificação da força de trabalho para as condições atuais de produção, marcadas por forte introdução da microeletrônica, informática e robótica. Para aprofundar a relação dos CST com as SA ver Costa (2023).

Sobral (Ceará) para oferecer reforço escolar, tanto por meio de material impresso, como por acesso à plataforma supostamente customizada para atender a dificuldade individual do aluno. Segundo o CEO do *holding*, Roberto Valério, esse segmento de negócio com os governos prospera, pois «o secretário tem uma verba que ele precisa usar» (Jankavski, 2025; Mamona, 2023).

Esses modos de solução tecnológica para os problemas que o próprio capitalismo cria, o solucionismo tecnológico (Morozov, 2018), vem se materializando de maneira mais expressiva no conjunto das *startups* atuantes em diversos segmentos, a maioria delas destinada ao relacionamento com outras empresas, o B2B. Segundo mapeamento da Associação Brasileira de Startups (Abstartups, 2024), de um universo de aproximadamente 14 mil empresas desse tipo, o segmento líder do país é o de *edtechs*, com 10,1%, cujo atuação e impacto na educação brasileira têm sido objeto de análise de alguns pesquisadores (Lima e Carvalho, 2023; Peixoto *et al.*, 2024; Saura *et al.*, 2024; Seki, 2023). Na segunda posição estão as *fintechs*, com 9,7%, o setor de *startups* que corresponde a 43,5% dos unicórnios (empresas com valor de mercado superior a US\$ 1 bilhão) da América Latina (Distrito, 2025a). Já o segmento de *healthtechs*, que será tratado na seção seguinte, ocupa a quarta posição, com 8,5%.

Algumas dessas *startups* passaram a atuar em conjunto no que consideram uma lacuna de mercado, o financiamento estudantil privado. Desde 2017, ano imediatamente posterior à crise do Fies, os financiamentos diretos oferecidos pelas próprias IES passaram a superar, em volume, os recursos provenientes do programa⁹. Assim, a associação da oferta de soluções educacionais com soluções financeiras passou a ser um novo nicho de mercado, dando margem para o surgimento de uma categoria de empresas denominadas *edfintechs* (Alvim, 2022).

A principal referência desse segmento de financiamento estudantil privado no Brasil é a Pravaler, uma SA de capital fechado detentora de 80% desse mercado. A empresa oferece serviços financeiros às instituições de ensino, incluindo financiamento de mensalidades, antecipação de recebíveis e compra de dívidas estudantis. Desde 2003, a empresa já concedeu R\$ 10 bilhões em financiamentos para cerca de 400 mil estudantes. A previsão de receita em 2024 era de R\$ 500 milhões, sendo entre 25% e 30% desse montante proveniente do financiamento de cursos de medicina. A empresa também ampliou a oferta de financiamentos para cursos de engenharia, direito e outros na área de saúde, cujo valor da mensalidade é maior (Koike, 2024a). Essa expansão reflete como o financiamento privado se consolidou como componente estrutural do modelo de negócios da educação superior no Brasil, especialmente diante do aumento da concorrência e da redução dos subsídios estatais.

Outro movimento do mercado educacional em associação com a tecnologia foi a realização de *joint ventures*¹⁰ com empresas de telefonia móvel para a estruturação de cursos a distância (livres, graduação e pós-graduação) mais «leves», pensado para a jornada e experiência *mobile*, com aulas que não ultrapassem 10 minutos (!). No caso da Ânima, a parceria foi feita com a Vivo¹¹, empresa com mais de 100 milhões de acessos na rede fixa

9 Em 2014 o FIES teve 733 mil contratos firmados. Em 2024 foram 22 mil do total de 112 mil vagas disponíveis (Instituto Semesp, 2025).

10 A expressão *joint-venture* quer dizer «união com risco» e refere-se a um tipo de associação em que duas entidades se juntam para tirar proveito de alguma atividade, por um tempo limitado, sem que cada uma delas perca a identidade própria.

11 A Vivo é a marca comercial da Telefônica Brasil e possui capital aberto na B3 e na Bolsa de Valores de Nova York («NYSE»). A empresa vem ampliando seus nichos de negócios para outros setores e almeja se

e móvel «com o propósito de impulsionar empregabilidade». A nova empresa, a VivaE Educação Digital S.A, está operando desde março de 2023 e «busca acelerar a inserção de jovens no mercado de trabalho com cursos rápidos para funções com alta demanda no mercado» (Ânima, 2021; 2023). Já a Cogna realizou integração vertical com a TIM em 2021 criando a subsidiária Ampli¹² para ofertar cursos digitais nas diversas áreas em que a Faculdade Anhanguera atua, incluindo nove bacharelados e cinco tecnólogos da área da saúde. Nesse tipo de negócio as empresas telefônicas aportam seus canais de distribuição, base de clientes, personalização de ofertas e comunicação através de algoritmos.

Ainda que possuam um portifólio amplo que inclui educação básica, idiomas, gastronomia, cursos livres com experiência *mobile*, entre outros, os principais *holdings* colocam o foco em três segmentos: o tradicional ensino presencial, que ainda segue como uma frente importante; o segmento de EaD e todo tipo de experiência de plataformas de ensino e de incorporação tecnológica digital; e os cursos da área da saúde, com destaque para medicina, que fazem parte do segmento com os maiores valores médios de mensalidade.

4. A financeirização da formação em saúde: educação, saúde e tecnologia articuladas na bolsa de valores

A saúde é uma área na qual há uma incorporação crescente e contínua da ciência e tecnologia (C&T), e da pesquisa e desenvolvimento - P&D (também denominada de inovação tecnológica) na produção, o que requer a mobilização de grande volume de capital, por isso é um setor altamente concentrado. Um estudo que avaliou os principais setores econômicos do Brasil, sob o ponto de vista do controle acionário em redes¹³, revelou que o setor de saúde privada ocupa a terceira posição, logo atrás do setor de energia e de finanças (Rodrigues, 2023). Um dado que reforça essa posição de destaque da área na economia do país, é o fato de que das 10 únicas companhias listadas na B3 que conseguiram manter movimento de alta constante nas vendas desde 2010, um período com sucessivas crises, cinco são do setor da saúde, ou seja, das 25 companhias ligadas à saúde que têm capital aberto na operadora da bolsa brasileira, 20% mantiveram crescimento constante de receita no período (Rigamonti, 2024).

Esse fenômeno não está desconectado do processo de inserção da formação dos profissionais de saúde no mercado de capitais, sendo um dos fatores que contribuem para a mudança disruptiva na mercantilização da formação do setor. Isso porque não devemos considerar esses dois setores de maneira independente, a formação é um componente importante de desenvolvimento, validação, incorporação e comercialização das inovações do campo da ciência e tecnologia do setor saúde (Cordeiro, 1985; Albuquerque e Cassiolato, 2002).

consolidar como um *hub* de serviços digitais em área como finanças, entretenimento, educação, saúde, entre outros.

12 Em comunicado aos acionistas e clientes feito no dia 15/02/2023, a Cogna e a Tim S.A. («TIM») acordaram mutuamente em distratar o acordo de parceria firmado em 07 de julho de 2021. A Ampli, entretanto, segue operando normalmente como parte da Faculdade Anhanguera, subsidiária do grupo Cogna.

13 Essa metodologia busca mensurar o valor das corporações para além do valor das suas ações e considera o poder de controle que cada corporação exerce sobre outras corporações, por meio de aquisições de ações e de tomadas cruzadas de participação (Rodrigues, 2023).

Em função da possibilidade de auferir lucros com a venda de cursos na área de saúde, as corporações educacionais têm ampliado sua participação nesse segmento. A consistência do negócio está amparada na alta demanda de profissionais para suprir as necessidades das redes públicas e privadas em todo o país. Pesquisas de prospecção encomendadas por entidades de mantenedoras do ensino superior mostram que, sobretudo após a pandemia de covid-19 em 2020, a área de saúde tem sido a mais procurada pelos jovens que desejam ingressar na universidade (Abmes, 2020). Como assinalado nas seções anteriores, a competição pelo mercado dos negócios em saúde propiciou a formação de *holdings* alavancadas por fundos de investimentos que buscam integração horizontal de nichos de negócio, articulando hospitais, laboratórios de diagnósticos, «soluções» tecnológicas para telemedicina, e integração vertical por meio de associações e aquisições de instituições de ensino (que podem configurar integração horizontal), planos privados de saúde, entre outros.

Indicadores educacionais comprovam essa expansão. Dos dez maiores cursos presenciais em IES privadas em número de matrículas, oito são da área da saúde. Com relação ao EaD, dos 15 maiores cursos 5 são da saúde, com a enfermagem ocupando a 7^a posição. No que diz respeito ao número de matrículas de cursos à distância, de 2013 a 2023 o ensino superior privado da área de saúde e bem-estar teve um crescimento de 1.079%, quase três vezes maior quando comparado ao total de todas as áreas que foi de 418% (Hoper, 2024; Inep, 2024c).

4.1. O cobiçado mercado de medicina

Conforme exposto anteriormente, os cursos de medicina foram priorizados na estratégia de recuperação das taxas de lucro, após a crise do Fies, em virtude da promessa de melhor retorno econômico para o estudante e da grande demanda em decorrência da estagnação das matrículas públicas. Por se tratar de um curso dispendioso, que requer infraestrutura, foram os grupos educacionais mais capitalizados que expandiram rapidamente a sua oferta. As vagas disponibilizadas pelos 322 cursos privados representam quase 80% do total. No período 2014-2024, enquanto as vagas anuais em escolas médicas públicas passaram de 8.359 para 10.041, um aumento de 20,1%, nos cursos de medicina privados foram de 15.146 para 38.450, alta de 153,9%. Isso significa que, do total de vagas acrescidas no período, 91,5% foram privadas (Scheffer, 2025).

Os grupos privados listados na bolsa de valores são responsáveis por mais de 10 mil vagas (21,3% do total). A liderança pertence à Afya com 32 cursos e 3.603 vagas anuais autorizadas. Em seguida estão Yduqs (18 cursos e 2.060 vagas), Inspirali¹⁴, ramificação da Ânima Educação (15 cursos e 1.892 vagas) e Ser Educacional (8 cursos e 941 vagas). Cruzeiro do Sul, Cogna e Vitru são os demais grupos de capital aberto à frente de escolas médicas. Outros nove grupos educacionais privados, não listados na bolsa de valores, têm, juntos, 37 cursos e 4.885 vagas de graduação, que equivalem a 10% do total de vagas anuais. Assim, 31% das vagas de medicina do país são administradas por algum grupo privado, de capital aberto ou fechado. Ademais, a existência de 164 escolas privadas isoladas (19.737 vagas) sugere que ainda há margem para intensificação do movimento de fusões e aquisições desses cursos (Scheffer, 2025).

¹⁴ A Inspirali foi criada em 2019 como uma sociedade não operacional da Ânima, um *spin-off* do segmento de educação médica. Em 27 de julho de 2023 a vertical de saúde pediu abertura de capital para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e emitiu suas primeiras debêntures, sendo concedido à empresa o registro de emissor de valores mobiliário na categoria «B». Nesta categoria, companhias podem negociar valores mobiliários que não sejam ações ou equivalentes a ações, como títulos de dívida e debêntures.

O curso de medicina possui o maior *ticket* médio do mercado, cerca de R\$ 10,2 mil, o equivalente à mensalidade média de 50 estudantes de EaD. A carreira também possui a maior rentabilidade do ensino superior – alta demanda, reduzidas taxas de evasão e inadimplência – o que explica a corrida dos grandes grupos pela liderança na oferta de matrículas, buscando posições que favoreçam a monopolização. A maioria dos ativos adquiridos vem de faculdades que abriram seus cursos por meio de liminar judicial (Koike, 2025b). Essas instituições conseguiram aprovação do MEC para operar fora do Programa Mais Médicos¹⁵, que é o caminho oficial para oferecer essa graduação no país desde 2013.

As vagas que chegaram a ser negociadas por R\$ 3 milhões em 2020, atualmente têm valor de mercado de R\$ 1,2 milhões, custo muito acima dos demais cursos listados na B3 que é de R\$ 20 mil (Ondina Investimentos, 2020; Koike, 2024b). O retorno a tais investimentos é substancial, as 192.894 matrículas de medicina nas universidades privadas correspondem à somente 0,06% das 3.195.349 matrículas presenciais totais das IES privadas, mas geram faturamento de R\$ 24,6 bilhões, o equivalente à 40% do faturamento total do setor mercantil que é de R\$ 61,3 bilhões (Hoper, 2024). O exame do retorno econômico dos maiores grupos corrobora a avaliação de que os cursos de medicina são um negócio atraente. Estes representam cerca de 85% do EBITDA¹⁶ da Afya, 45% da Ânima e 30% da Yduqs (Osako e Parini, 2024).

Preocupados com o acirramento da concorrência e buscando manter seu projeto de poder monopólico, os principais grupos educacionais projetaram novos ramos de atuação para seguir com a tentativa de reduzir o movimento tendencial de queda da taxa de lucro. Nesse cenário, ingressaram no gigantesco negócio da saúde digital e das *healthtechs*, empresas criadas para desenvolver soluções tecnológicas digitais para profissionais e outras empresas do setor saúde. Esse setor de *startups* viveu um crescimento vertiginoso em função da pandemia de covid-19 e diante da urgência pela adoção de soluções tecnológicas como a telemedicina.

O mercado de *startups* voltadas à saúde na América Latina apresentou um crescimento de 37,6% nos investimentos ao longo de 2024, totalizando US\$ 253,7 milhões, com projeções que indicam a expansão do mercado global de saúde digital para cerca de US\$ 987 bilhões até 2032 (Dino, 2023). Nesse cenário, o Brasil se destaca como liderança regional, concentrando 64,8% das *healthtechs* que receberam aportes financeiros na região. Em janeiro de 2025, estavam registradas 602 *healthtechs* distribuídas em 35 categorias distintas, evidenciando uma tendência de diversificação e sofisticação dos serviços oferecidos. Destaca-se, nesse contexto, a rápida incorporação de soluções baseadas em IA, com o surgimento de 70 novas *startups* focadas exclusivamente em aplicações dessa ferramenta na área da saúde na América Latina (Distrito, 2025b).

A Afya foi a primeira empresa de educação médica do mundo a abrir capital na Nasdaq, em 2019. Depois disso, acelerou seu processo de expansão através de movimentos de integração vertical e horizontal e criou a Afya Digital Health, a vertical que reúne

¹⁵ O Programa Mais Médicos (PMM), criado através da lei nº 12.871 de 2013, foi a principal iniciativa do governo federal que acelerou o movimento de expansão dos cursos de medicina. Seu objetivo era suprir a carência desses profissionais nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades, bem como reordenar a oferta de cursos de medicina e de vagas para residência médica. Na prática, representou flexibilização das regras para a abertura de novas escolas e ampliação de vagas.

¹⁶ A sigla vem do inglês: *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*. Em português, também é conhecido como LAJIDA, ou lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização. EBITDA e LAJIDA são o mesmo indicador.

as doze *healthtechs* que foram sendo adquiridas desde 2020 no movimento de integração horizontal. Essas aquisições passaram a compor seu ecossistema digital e a área de soluções corporativas com foco nos estudantes e médicos, mas também com produtos direcionados para a indústria de fármacos e dispositivos; hospitais, laboratórios, clínicas e operadoras de planos de saúde; associações e sociedades médicas. Alinhada com sua consigna «tecnologia, saúde e educação», e na busca para ser a «Microsoft dos médicos» (Drska, 2022), o holding realizou um programa com conteúdos e recursos focados em inteligência artificial em parceria com a própria gigante da tecnologia (Microsoft, 2024).

Além dessas *healthtechs* adquiridas, outras quatro *startups* receberam investimentos via estratégia de CVC (*Corporate Venture Capital*). O objetivo da iniciativa é estimular estudantes, docentes e profissionais da saúde a criarem soluções e produtos escalonáveis para o empreendedorismo na área de saúde. A Caveo, *startup* de soluções contábeis para médicos, utilizou parte do investimento aportado pela Afya para desenvolver seu projeto de *fintech* (Drska, 2024), mais uma vez evidenciando a associação dos setores saúde, educação, tecnologia e capital financeiro.

Confirmando a tendência de expansão do capital estrangeiro no setor educacional, a Afya é controlada pelo conglomerado alemão Bertelsmann, uma empresa de mídia, serviços e educação com mais de 75.000 funcionários que opera em cerca de 50 países ao redor do mundo e que teve uma receita de € 19 bilhões em 2024. Inclui o grupo de entretenimento *RTL Group*, a editora de livros comerciais *Penguin Random House*, a empresa de música BMG, o provedor de serviços *Arvato Group*, o Bertelsmann *Education Group*, e a Bertelsmann *Investments* (BI), uma rede internacional de fundos (Bertelsmann, 2024).

A controladora da Afya participou da concepção inicial do projeto do *holding*, já estruturado para compor a vertical de educação do grupo que, além da Afya, conta com a *Relias*, líder em educação e treinamento on-line para profissionais de saúde nos EUA, e a *Alliant International University* (EUA), especializada na formação e certificação de psicólogos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, além de professores. A estratégia para a expansão da Bertelsmann envolveu inicialmente a ampliação de sua participação acionária, seguida do controle do fundo Crescera, anteriormente conhecido como Bozano, ligado ao ex-ministro da economia do Brasil (2019-2023) Paulo Guedes. Ao final de 2024, a Bertelsmann detinha 64,7% do total de ações e 75,3% do poder de voto da Afya — a maior participação proporcional entre os grandes grupos educacionais do país. Em uma demonstração de como os negócios da Afya estão alinhados com os da Bertelsmann, o grupo alemão anunciou que vai fortalecer suas atividades de investimento no segmento de crescimento da saúde digital e tecnologia farmacêutica, e reuni-los sob a égide do Bertelsmann *Education Group* a partir de 2025 (Bertelsmann, 2024).

5. Conclusões

A nova etapa engendrada pela financeirização da educação superior no Brasil sinaliza que os negócios dos ramos da educação superior e do setor financeiro deverão seguir juntos, mas com suas fronteiras reconfiguradas. A financeirização da formação em saúde no Brasil, por meio de grandes fundos de investimentos, está magnificando o uso de tecnologias pelas corporações educacionais, conformando profundas mudanças na COC. Os movimentos de integração horizontal e vertical dos *holdings* nas empresas controladas podem ser evidenciados na proliferação de *startups* e na diversificação de produtos, tendências estas que alicerçam um processo de concentração e centralização cada vez maior.

A Afya, com seu grupo controlador Bertelsmann, é um exemplo concreto dessa interconexão de negócios. Como o maior *hub* de formação médica do país, suas ramificações não apenas moldam o que se pensa sobre a formação de profissionais de saúde, especialmente médicos, como influenciam os negócios do setor de cuidados em saúde, hospitais, planos de saúde, laboratórios de diagnósticos, e a indústria farmacêutica. A financeirização, por conseguinte, está conformando novos complexos econômicos monopolistas no segmento.

O Estado, por sua vez, passa a ter um lugar ainda mais complexo e contraditório nesse contexto. As modificações nos marcos regulatórios educacionais em favor das corporações e a continuidade de políticas de transferência direta e indireta de recursos do fundo público para as empresas fortalecem a mercantilização de novo tipo na formação em saúde e sinalizam que dificilmente haverá alteração no movimento de expansão do capital no segmento nos próximos anos, tendência reforçada pelo consistente subfinanciamento das instituições universitárias federais que outrora compunham a base da formação da área da saúde no Brasil.

A magnitude e as múltiplas dimensões desse fenômeno exigem um aprofundamento contínuo da investigação. É necessário avançar na compreensão dos desdobramentos e impactos no perfil dos novos profissionais nesse cenário mercantilizado, financeirizado e com alta incorporação tecnológica digital. É igualmente crucial investigar as mudanças para o trabalho docente. A intensificação da subordinação real do trabalho ao capital é indissociável da expropriação do conhecimento dos professores que, historicamente, já enfrentam desafios na formação, como a progressiva extinção das licenciaturas da área da saúde. Futuras pesquisas deverão explorar também a intrínseca relação com o Estado e a atuação dos aparelhos privados de hegemonia (APH) (Gramsci, 2012), temas que não puderam ser explorados no artigo. A investigação da participação de planos de saúde e hospitais na formação de seus próprios quadros profissionais é, igualmente, necessária.

É primordial adensar a agenda de investigação sobre as novas formas de mercantilização do setor de saúde, abrangendo não apenas o setor privado-mercantil, mas também o quadro crítico de expansão da gestão privada dos hospitais públicos que alicerçam o Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, um direito social constitucional universal, inteiramente gratuito, destinado aos 214 milhões de habitantes e, por isso, uma referência mundial. A defesa desse sistema requer a formação de profissionais imbuídos de uma ética pública e, por isso, a desmercantilização da educação é um objetivo crucial para fortalecê-lo.

6. Referências bibliográficas

- Amorim, H., Cardoso, A. C. M., & Bridi, M. A. (2022). Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH*, 35, 1-15, e022021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35io.49956>
- Abmes. (2020). *Pandemia provoca aumento do interesse de alunos por graduações na área de saúde*. <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4087/pandemia-provoca-aumento-do-interesse-de-alunos-por-graduacoes-na-area-de-saude>.
- Abstartups. (2024). *2024 Mapeamento do ecossistema brasileiro de startups*. <https://pt.scribd.com/document/805879037/Mapeamento-Do-Ecossistema-Brasileiro-de-Startups-2024>

- Albuquerque, E. M., & Cassiolato, J. E. (2002). As especificidades do sistema de inovação do setor saúde. *Revista de Economia Política*, 22(4), 701-719. <https://doi.org/10.1590/0101-31572002-1224>
- Alvim, R. B. A. R. A. B. M. (2022). *Brasil, desafios da expansão do ensino superior: entre financeirização e provisão pública* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia.
- Ânima. (2021). *Vivo e Ânima Educação assinam memorando de entendimento para criar joint-venture na área de educação, com propósito de impulsionar empregabilidade.* <https://animaeducacao.com.br/vivo-e-anima-educacao-assinam-memorando-de-entendimento-para-criar-joint-venture-na-area-de-educacao-com-proposito-de-impulsionar-empregabilidade/>.
- Ânima. (2023). *Vivae oferece cursos e faz “match” com vagas de trabalho – tudo em um só app.* <https://animaeducacao.com.br/vivae-oferece-cursos-e-faz-match-com-vagas-de-trabalho-tudo-em-um-so-app/>.
- Ânima. (2024). *Formulário de Referência - 31/12/2024 - ANIMA HOLDING S.A. Versão:10.* <https://ri.animaeducacao.com.br/list.aspx?idCanal=6ql8C4wok4Z/nWa4YULT8w==&linguagem=pt&ano=2025>.
- Bahia, L., et al. (2022). Financeirização do setor saúde no Brasil: desafios teóricos e metodológicos à investigação de empresas e grupos empresariais. *Cadernos de Saúde Pública*, 38(Sup 2), e00004420. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00004420>.
- Ballou, B. (2023). Private equity is gutting America — and getting away with it. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2023/04/28/opinion/privateequity.html?searchResultPosition=1>.
- Bertelsmann (2024). *Annual report 2024*. <https://www.bertelsmann.com/news-and-media/materials/financial-reports/>
- Bertolucci, G. (2024). *MEC reconhece curso superior de criptomoedas do grupo Cogna (COGN3)*. Livecoins. <https://livecoins.com.br/mec-reconhece-curso-superior-de-criptomoedas-do-grupo-cogna-cogn3/>.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2023). *Censo da educação superior 2022: divulgação dos resultados*. Diretoria de Estatísticas Educacionais.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2024a). *Censo da educação superior 2023: divulgação dos resultados*. Diretoria de Estatísticas Educacionais.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2024b). *Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas*. Inep.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2024c). *Censo da Educação Superior 2023: painel de estatísticas do Censo da Educação Superior*. Inep.

- Bressan, L., & Alvim, R. B. A. R. (2024). Histórico e as novas fronteiras da financeirização do ensino superior privado no Brasil. In L. Lavinas *et al.* (Org.), *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade* (pp. 545-584). Editora Contracorrente.
- Brettas, T. (2020). *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Consequência.
- Calcopietro, V. (2024). As 16 maiores empresas de educação do Brasil. *Valor*. <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/11/11/as-maiores-empresas-de-educacao-do-brasil.ghtml>
- Carvalho, C. H. A., Sousa Filho, E. M., Goellner, I. A., Freire, N. R., & Amitrano, C. R. (2024). Financeirização da educação superior privada no Brasil: Expansão dos cursos de medicina nos grupos de capital aberto (2013-2022). *Economia e Sociedade*, v.45. <https://doi.org/10.1590/ES.286692>
- Catini, C. R. (2025). Quando a empresa educa, o trabalho ensina: transferência de renda, empreendedorismo e financeirização da educação. In C. Boto, D. Cara, & V. M. Santos (Org.), *Desafios e reinvenções da escola pública* (Vol. 1, pp. 254-274). FEUSP.
- Chesnais, F. (Org.). (2005). *A finança mundializada: Raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. Boitempo.
- Cipolla, F. P., & Giussani, P. (2022). Crítica das teorias da financeirização das empresas não-financeiras. *Revista de Economia Política*, 42(1), 128-149. <https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3160>
- Cogna. (2024). *Formulário de Referência - 2024 - COGNA EDUCAÇÃO S.A. versão: 15*. <https://ri.cogna.com.br/documentos-cvm/documentos-entregues-a-cvm-3/>.
- Costa, F. C. (2021). *FIES, PROUNI e PROIES (2003/2019): valorização do capital no ensino superior* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social.
- Costa, I. A. (2023). *Cursos Superiores de Tecnologia como materialidade do Ensino Superior enxuto e flexível para o trabalho precarizado no Brasil* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.
- Cordeiro, H. (1985). *A indústria da saúde no Brasil* (2ª ed.). Graal.
- Dal Poz, M. R., Maia, L. S., & Costa-Couto, M. H. (2022). Financeirização e oligopolização das instituições privadas de ensino no Brasil: o caso das escolas médicas. *Cadernos de Saúde Pública*, 38(Sup 2), e00078720. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078720>.
- Dino. (2023). *Mercado de saúde digital alcançará US\$ 987 bilhões em 2032*. *Valor*. <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2023/12/08/mercado-de-saude-digital-alcancara-us-987-bilhoes-em-2032.ghtml>

- Distrito. (2025a). *Corrida dos Unicórnios 2025*. https://materiais.distrito.me/report/corrida-dos-unicornios?utm_source=site&utm_medium=referral&utm_campaign=SiteDoDistrito.
- Distrito. (2025b). *HealthTech Report Recap 2024*. https://materiais.distrito.me/report/healthtech-report-recap-2024?utm_source=site&utm_medium=referral&utm_campaign=SiteDoDistrito.
- Domenici, T. (2020). *Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam*. Agência Pública. <https://apublica.org/2020/04/laureate-usa-robos-no-lugar-de-professores-sem-que-alunos-saibam/>
- Dowbor, L. (2025). *Eis a nova estrutura do poder global*. Outras Palavras. <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/eis-a-nova-estrutura-do-poder-global/>
- Drska, M. (2022). *Afyta investe no B2B para se firmar como a “Microsoft dos médicos”*. NeoFeed. <https://neofeed.com.br/negocios/afyta-investe-no-b2b-para-se-firmar-como-a-microsoft-dos-medicos/>
- Drska, M. (2024). *CVC da Afya faz 3º aporte em startup que planeja ser o “sistema operacional dos médicos”*. Neofeed. <https://neofeed.com.br/startups/cvc-da-afya-faz-3o-aporte-em-startup-que-planeja-ser-o-sistema-operacional-dos-medicos/>
- Faustino, D., & Lippold, W. (2023). *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana* (1a reimpr.). Boitempo Editorial.
- Gramsci, A. (2012). *Cadernos do Cárcere* (Vol. 3, 5a ed.). Civilização Brasileira.
- Harvey, D. (2004). *O novo imperialismo*. Loyola.
- Hilferding, R. (1985). *O capital financeiro*. Nova Cultural.
- Hoper. (2024). *Ensino Superior 2025: Tendências e desafios de Mercado*. <https://www.hoper.com.br/webinarbeta/webinar240>
- Instituto Semesp. (2025). *Mapa do Ensino Superior no Brasil* (15ª ed.). Instituto Semesp. <https://www.semesp.org.br/mapa/home/>
- Jankavski, A. (2025). *A Cogna não é mais a mesma, e o papel voltou a andar. Conversamos com o CEO*. Brazil Journal. <https://braziljournal.com/a-cogna-nao-e-mais-a-mesma-e-o-papel-voltou-a-andar-conversamos-com-o-ceo/>.
- Koike, B. (2024a). *Com demanda de medicina, Pravaler capta R\$ 432 mi*. Valor. <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/11/08/com-demanda-de-medicina-pravaler-capta-r-432-mi.ghtml>
- Koike, B. (2024b). *Cursos de medicina perdem valor com maior oferta de vagas*. Valor. <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/07/02/cursos-de-medicina-perdem-valor-com-maior-oferta-de-vagas.ghtml>
- Koike, B. (2025a). *Grandes grupos dominam 85% do mercado on-line*. Valor. <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/05/20/grandes-grupos-dominam-85-do-mercado-on-line.ghtml>

- Koike, B. (2025b). 'Nossa sociedade está em risco com a máfia das liminares de medicina'. Valor. <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2025/03/07/nossa-sociedade-esta-em-risco-com-a-mafia-das-liminares-de-medicina.ghtml>
- Lapavitisas, C. (2013). The financialization of capitalism: 'Profiting without producing'. *City*, 17(6), 792-805. <https://doi.org/10.1080/13604813.2013.853865>
- Lapyda, I. (2023). *Introdução à financeirização David Harvey, François Chesnais e o capitalismo contemporâneo* (1a ed. digital). CEFA Editorial.
- Lavinas, L., & Gentil, D. (2018). Brasil Anos 2000: a política social sob regência da financeirização. *Novos Estudos*, 37(2), 191-211.
- Leher, R. (2023). Mercantilização da educação básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. *Revista Paradigma*, n. 44, edición temática (5). <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2023.p34-60.id1495>.
- Leher, R., Sardinha, R. (2024). Vinculação constitucional de verbas para a educação pública, depleção do fundo público e austeridade. *Revista Educação & Sociedade*, v. 45, e286586. <https://doi.org/10.1590/ES.286586>.
- Lenin, V. I. (2010). *O imperialismo: etapa superior do capitalismo* (3a ed.). Centauro.
- Lima, R. S., & Carvalho, C. H. A. (2023). EdTechs e cursos de medicina: novas estratégias das grandes empresas educacionais na educação superior. *Revista Cocar*, 20, 1-21. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7545>
- Mamona, K. (2023). *Cogna (COGN3) fez a lição de casa e alcançará R\$ 1 bi em caixa, diz CEO*. Exame. <https://exame.com/invest/onde-investir/cogna-cogn3-fez-a-licao-de-casa-e-alcancara-r-1-bi-em-caixa-diz-ceo/>
- Marois, T. (2020). Finança, capital financeiro e financeirização. In B. Fine & A. Saad Filho (Org.), *Dicionário de Economia Política Marxista* (pp. 281-289). Expressão Popular.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política* (2a ed.). Expressão Popular.
- Marx, K. (2017a). *O Capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital* (2a ed.). Boitempo.
- Marx, K. (2017b). *O Capital: crítica da economia política. Livro 3: o processo global da produção capitalista* (2a ed.). Boitempo.
- Menezes, T. (2024). *Área educacional lidera uso de IA em 25 setores da economia*. Valor. <https://valor.globo.com/inovacao/noticia/2024/08/06/area-educacional-lidera-uso-de-ia-em-25-setores-da-economia.ghtml>
- Microsoft. (2024). *Afyta lança programa de IA para médicos com Microsoft*. Microsoft News. <https://news.microsoft.com/pt-br/afyta-lanca-programa-de-ia-para-medicos-com-microsoft/#:~:text=O%20programa%20visa%20capacitar%C3%A2m%C3%A9dicos,o%20poder%20tecnol%C3%B3gico%2oda-%20Microsoft>.

- Morozov, E. (2018). *Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política*. Ubu.
- OECD. (2024). *Education at a Glance 2024: OECD Indicators*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/coocad36-en>
- Ondina Investimentos. (2020). *Ensino Superior*. <https://201bdd5d-90f3-49b7-baf4-e81807306723.filesusr.com/ugd/648d75-db70dca7422b49458d7920c64fbf8e6f.pdf?index=true>
- Osako, M., & Parini, V. (2024). *Feedback from Pravaler: Growing but Remains Very Under Penetrated; Gaining Strong Traction in Medicine*. Bradesco BBI. <https://www.pravaler.com.br/prá-quem-educa/institucional/relatorio-do-bradesco-bbi-destaca-crescimento-do-pravaler/>
- Oxfam. (2024). *Desigualdade S.A.: Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública*. <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>
- Painceira, J. P., & Saludjian, A. (2024). Inversión extranjera directa, cadenas globales de valor y financiarización subordinada en la experiencia brasileña. In N. L. Orlik, J. Bustamante, & T. P. Sánchez (Org.), *Reestructuración del capitalismo en la periferia: el papel de la inversión extranjera y de las grandes corporaciones* (1a ed., Vol. 1, pp. 129-153). Universidad Nacional Autónoma de México.
- Palludeto, A. W. A., & Felipini, A. R. (2019). Panorama da literatura sobre a financeirização (1992-2017): uma abordagem bibliométrica. *Economia e Sociedade*, 28(2), 313-337. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2arto2>
- Paraná, E. (2018). A finança digitalizada: informatização a serviço da mundialização financeira. *Nova Economia*, 28(1), 245-272. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3362>.
- Peixoto, E. M. M., Lopes, V. P. M., & Santos, P. M. (2025). Avanço do Capital na política educacional da Bahia: parcerias com edtechs. *Cadernos Cedes*, 45, e289510. <https://doi.org/10.1590/CC289510>
- Peters, N. (2023). *Como o Big Money moldou as Big Techs*. Outras Palavras. <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/como-big-money-moldou-as-big-techs/>
- Peterson-Withorn, C. (2025). *Forbes USA. Lista dos Bilionários da Forbes 2025: 3 Mil Pessoas Somam Um Patrimônio de US\$ 16 Trilhões*. Forbes Brasil. <https://forbes.com.br/forbes-money/2025/04/lista-dos-bilionarios-da-forbes-2025-3-mil-pessoas-somam-um-patrimonio-de-us-16-trilhoes/>
- Rigamonti, S. (2024). Setor de saúde na Bolsa é o mais consistente em crescimento de receita. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/setor-de-saude-na-bolsa-e-o-mais-consistente-em-crescimento-de-receita.shtml>
- Rodrigues, E. M. (2023). Quem está no comando? Poder entre grupos econômicos hegemônicos no Brasil. *Revista Pesquisa e Debate*, 35(1), 171-192. <https://doi.org/10.23925/1806-9029.v35i1e62294>

- Ruela, H. C. G. & Leher, R. (2025). A formação em saúde no Brasil pelas corporações controladas por fundos de investimentos e com ações na bolsa de valores. *Temps d'Educació*, 68, p. 27-46. <https://doi.org/10.1344/TempsEducacio2025.68.3>
- São Paulo. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. (2025). *IA vai apoiar alunos e professores na correção de tarefas em SP*. <https://www.educacao.sp.gov.br/ia-vai-apoiar-alunos-e-professores-na-correcao-de-tarefas-em-sp/>
- Saura, G., et al. (2024). Financeirização EdTech. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 40(1), 1-31. <https://doi.org/10.21573/vol40n12024.140210>
- Saura, G. (2025). El fetichismo de las mercancías digitales en educación. *Cadernos Cedes*, 45, 1-11. <https://doi.org/10.1590/CC289813>
- Scheffer, M. (Coord.). (2025). *Demografia Médica no Brasil 2025*. Ministério da Saúde. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/demografia_medica_brasil_2025.pdf
- Seki, A. K. (2020). *Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018)* [Tese de Doutorado]. PPGE, UFSC.
- Seki, A. K. (2023). Relações entre capitais de ensino, monetários e tecnologias educacionais digitais: um estudo de caso da Arco Educação. *Revista Cocar*, 20(Edição Especial), 1-25. <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7499>.
- Sestelo, J. A. F., et al. (2017). A financeirização das políticas sociais e da saúde no Brasil do século XXI: elementos para uma aproximação inicial. *Economia e Sociedade*, 26(Número Especial), 1097-1126. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art10>
- Suzuki, S. (2022). *Aposta em ensino a distância gera demissão em massa de professores universitários*. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62072764>.
- Teixeira, A. L. A., & Gomes, H. (2021). O capital em movimento: dos ciclos às formas autonomizadas do capital. In G. M. C. Mello & P. Nakatini (Org.), *Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito* (pp. 53-68). Expressão Popular.
- Turmena, L., & Nunes, S. P. (2022). A financeirização da educação: os fundos de investimentos nos “grupos educacionais”. *Revista HISTEDBR On-line*, 22, 1-20. <https://doi.org/10.20396/rho.v22i00.8661334>
- Yduqs. (2024). *Formulário de Referência - 31/12/2024 - YDUQS PARTICIPACOES S.A. Versão: 11.* <https://www.yduqs.com.br/ListGroup.aspx?idCanal=iKDzqfFG2jk+OoDCNLqgzw==&ano=2024&linguagem=pt>.